ISSN: 2675-813X V. 4, Nº 3, 2023

SEGURANÇA ALIMENTAR ABORDADA EM PROJETO ESCOLAR INTERDISCIPLINAR

SIMONE ROSSI DA SILVA

RESUMO

O artigo faz um relato de uma prática educacional interdisciplinar desenvolvida entre as disciplinas de Geografia e Ciências, que teve início em 2020 e se encontra em atividade, visando uma ação integrativa nas séries finais do Ensino Fundamental na E M Olga Benário Prestes, no município de Macaé. Essa prática busca desenvolver o trabalho interdisciplinar através de Projetos Escolares, com o objetivo de colaborar para o desenvolvimento cognitivo do aluno a partir de uma prática de ensino-aprendizagem mais dinâmica, onde eles fazem pesquisas investigativas e científicas referente ao tema PANC – Plantas Alimentícias não Convencionais, e depois produzam materiais como Caderno de Receitas, Catálogos Alimentares e Cartilhas sobre as Plantas pesquisadas. O desenvolvimento da pesquisa e os materiais são apresentados em Feiras de Ciências, além de Congressos, Fóruns, Simpósios e encontro, tanto pelas alunas integrantes, quanto pelas orientadoras, além da divulgação feita no Instagram.

Palavras-chave: Panc; Interdisciplinaridade; Cognitivo; Segurança Alimentar.

1 INTRODUÇÃO

Com a introdução da agricultura o ser humano se tornou um ser sedentário, onde passou a consumir alimentos plantados por outros sem se preocupar com o como era plantado, de onde vinha e que tipo de nutrientes possuía aquele alimento.

Com esse sedentarismo veio também hábitos alimentares restritos a poucos tipos de alimentos que poderiam ser encontrados em mercados, ao preço que o vendedor desejasse e aquele que fosse mais fácil plantar para atingir o lucro desejado. De acordo com Altieri (2012, p. 23): A agricultura é uma atividade humana que implica a simplificação da natureza, sendo as monoculturas a expressão máxima desse processo". Se analisarmos suas sábias palavras poderemos verificar que a simplificação foi tão grande que muitos produtos acabaram se tornando restritos a uma ou duas variações apenas e como consequência perderam seus valores nutricionais.

Esse novo hábito fez com que muitas plantas alimentícias fossem retiradas da dieta alimentar básica da população e muitas plantas passaram a ser tratadas com descaso. Segundo Kinupp & Lorenzi (2014, p. 13): "Muitas plantas são denominadas 'daninhas', 'matos', 'invasoras', 'infestantes', 'inços' e até "nociva", apenas porque ocorrem entre as plantas cultivadas ou em locais onde as pessoas acham que não podem ou não devem ocorrer". A forma em se tratar essas plantas não convencionais está ligada diretamente à visão que produtor rural possui sobre o uso da terra, sendo na grande maioria, como uma área para plantio monocultor, muitas vezes voltada para a exportação. Ao criar esse discurso o

DOI: 10.51189/coneamb2023/20502

proprietário da terra consegue utilizar o método que acha melhor para retirar as ditas "ervas daninhas", o método que ficou mais conhecido para a retirada dessas plantas foram os agrotóxicos. De acordo com Andrades & Ganimi (2007, p.2):

"A Revolução Verde, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo, porém, para se chegar ao atual estágio, exigiu-se toda uma gama de fatores que marcaram a sociedade no instante de seu surgimento".

O uso intensivo desses agrotóxicos possibilitou a perda de várias espécies de Plantas alimentícias e, também o esgotamento do solo. Os diversos problemas gerados pelo uso intensivo desses defensivos fizeram com que aumentassem os estudos científicos ligados ao melhor uso do solo e da diversidade alimentar.

O que incentivou o grupo a dar início ao Projeto foi a boa aceitação do tema nas Feiras de Ciências em que as alunas se apresentaram no ano de 2019. Muitas pessoas tinham curiosidades em saber um pouco mais sobre essas plantas e o como poderiam utilizar em sua dieta. Esses fatos nos fizeram perceber que era um tema rico para dar início a um Projeto Interdisciplinar na escola, onde poderíamos aprofundar mais sobre a questão alimentar através da visão da ciência, como saúde metabólica e nutritiva, e através da geografia, a partir das discussões sobre fome e segurança alimentar.

A Questão Alimentar

A discussão alimentar no mundo não é recente. Em MALUF e REIS é possível ver essa preocupação:

"A alimentação é um direito fundamental, inserido no quadro dos direitos econômicos, sociais e culturais que, juntamente com os direitos civis e políticos, conformam o quadro dos direitos humanos enunciados e deduzidos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e reafirmado em diversas ocasiões no âmbito do direito internacional pela Organização das Nações Unidas (ONU). (2019, p.18)

A preocupação mundial com a questão alimentar se tornou tão emergente que em 1945 foi criada a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura), em 1948 foi criada a OMS (Organização Mundial da Saúde) e na década de 1950 a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Esses órgãos foram criados para trabalhar em conjunto com o objetivo de criar alternativas para o combate à fome e aos problemas gerados por ela nas diversas faixas etárias e diversas partes do mundo. Na década de 1950, prevalecia a perspectiva de atenuar a má nutrição por meio de iniciativas, tais como enriquecer alimentos básicos (iodização do sal) e reduzir algumas deficiências (ferro e vitamina A). (MALUF e REIS, 2019, pg. 23)

As medidas tomadas não eram suficientes para resolver a questão da fome, pois o problema perpassava a questão alimentar, tendo em vista que estava ligado tanto a questões sociais quanto econômicas. Então não adiantava ter alimentos se a população não tinha como adquiri-los. Outro problema que surgiu era o pouco investimento dado pelos Governos aos agricultores familiares, que eram os responsáveis pela produção de alimentos voltados à população. Então várias questões precisavam ser revistas nesses países e no Brasil também.

Em 1996 foi realizada a Cúpula Mundial de Alimentação com o intuito de dar continuidade às discussões anteriores sobre a deficiência alimentar e tentar criar alternativas e planos de ação para identificar os principais problemas e como resolvê-los. Uma das ações criadas foi a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar.

A nós, Chefes de Estado e de Governo, ou os nossos representantes, reunidos na Cimeira Mundial da Alimentação a convite da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), reafirmamos o direito de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação adequada e com o direito

DOI: 10.51189/coneamb2023/20502

fundamental de todos a não sofrer a fome. (https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm)

Embora a preocupação alimentar seja antiga e algumas medidas tenham sido tomadas, ainda era possível perceber que o problema persistia e as soluções não se tornavam consistentes. O Brasil também passava por essa situação e isso estava registrado no mapa da fome

O Brasil já vinha tomando medidas para conter o problema há algum tempo, como por exemplo a Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria pela Vida, de 1993, que teve o Betinho como um dos líderes, ou o a Consea (I Conferência Nacional de Segurança Alimentar) que possibilitou a criação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, que foi extremamente importante para dar continuidade aos futuros projetos para o combate a fome e a insegurança alimentar. Maluf e Reis (2019) cita como foi feita essa organização: "três eixos gerais: ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; assegurar saúde e nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados; e assegurar a qualidade biológica, sanitária e nutricional dos alimentos."

No Brasil o conceito de Segurança Alimentar sofreu um ajuste e no dia 15 de setembro de 2006 quando foi criada a Lei nº 11.346 que institui o Sistema Nacional Alimentar e Nutricional.

Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Brasil, 2006)

Os planos nacionais implementados pelo Brasil a partir da década de 1990 foi de extrema importância para o país, pois possibilitou a saída do Mapa da Fome no ano de 2015, quando a FAO divulgou o seu relatório anual (https://www.fao.org/3/i4646e/i4646e.pdf, 2015). No relatório há o destaque ao Brasil que desde 2012 reforçou as medidas para combater a fome. A ONU dá destaque aos Programas Fome Zero e Bolsa Família:

Segundo o relatório da ONU, a proteção social pode estabelecer um círculo virtuoso de progresso envolvendo o aumento da renda, do emprego e dos salários das pessoas mais pobres. O documento cita como exemplo os programas "Fome Zero" e "Bolsa Família", que segundo a agência da ONU foram "cruciais para alcançar um crescimento inclusivo no país". (FAO, 2015)

O retorno do Brasil ao mapa da fome em 2021 acende um sinal de alerta para o país que precisa se preocupar com a questão da Insegurança alimentar. É urgente que identifique as causas do retorno do país ao mapa da fome. "O Brasil voltou ao mapa da fome. A insegurança alimentar quase dobrou, segundo FAO, ONU e OMS. Para se ter noção da gravidade, entre 2018 e 2020, a fome atingiu 7,5 milhões de brasileiros". (Carta Capital, 2021)

Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave. (Fonte: Agência Senado, 2022)

É possível citar alguns motivos para o retorno ao mapa da fome como: o forte investimento dado à agroindústria; ao término de investimentos importantes como o Bolsa Família e a Farmácia Popular; o desmatamento acelerado; e o baixo investimento na educação. Embora muitos coloquem a culpa na Pandemia da Covid 19, vale frisar que o problema da Insegurança alimentar já vinha desde 2018, então não é culpar apenas a doença, é preciso ver o problema como um todo, desde o abandono às causas sociais, passando pelos

DOI: 10.51189/coneamb2023/20502

problemas econômicos do país e indo direto à questão do uso da terra, que passou a ser mais utilizado pelo agronegócio, do que pelo plantio de alimentos de subsistência.

Os impactos para a economia são enormes, porque existe um custo social da fome. Esse custo deve ser gerenciado pelas políticas públicas. (PETROPOULAS, 2023). A partir da leitura dessa reportagem é possível perceber que uma das medidas necessárias para que o país voltar a ter soberania e segurança alimentar, e conseguir sair do mapa da fome é fazer uma revisão geral dos Programas alimentares, sociais e econômicos que foram abandonados.

As escolas são elementos importantes para investir nesses programas alimentares, através das merendas saudáveis e de projetos alimentares como a PANC – Plantas alimentícias não convencionais e com a criação de hortas nas escolas. Esses projetos levam a discussão sobre alimentos saudáveis, nutrição, segurança alimentar e fome.

A escola se tornou um perfeito laboratório de pesquisa, pois teve apoio direto da direção da escola ao projeto possibilitando aos alunos desenvolverem suas pesquisas e divulgarem seus resultados na escola através de palestras e oficinas. Ainda no ano de 2023 será feita a horta PANC e a horta tradicional no espaço escolar.

O trabalho em questão busca discutir o problema da alimentação, da segurança alimentar e nutricional na escola, e como o projeto escolar interdisciplinar PANC pode contribuir como alternativa a uma alimentação mais saudável e nutritiva. O objetivo geral é desenvolver o Projeto Escolar Interdisciplinar através de pesquisas científicas e investigativas que associem alimentação alternativa e saudável, como as PANC, a Segurança Alimentar.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O Projeto de Pesquisa PANC utiliza alguns ***procedimentos*** importantes para colaborar com um método de pesquisa mais adequado, como o ***Levantamento bibliográfico*** através da leitura de livros e artigos sobre Plantas Alimentícias não Convencionais, sobre o valor nutritivo e o benefício das 8 Plantas escolhidas, e também sobre Segurança Alimentar; ***Pesquisas investigativas*** com professores e alunos, através de questionários; ***Produção de Materiais*** como Cartilhas, Catálogos e Cadernos de Receitas como forma de divulgação dos resultados; ***Divulgação*** do Projeto e dos seus resultados em Feiras de Ciências, Fóruns, Simpósios, Encontros e Redes Sociais. A base metodológica busca o desenvolvimento crítico do aluno que a partir de uma visão diferenciada do assunto poderá entender a importância dessas plantas como viável para uma alimentação saudável que vise uma dieta alimentar segura para a população, que vem fazendo uso de uma alimentação monótona e com poucas alternativas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até a presente data o Projeto conseguiu identificar oito espécies de PANC (Almeirão, Beldroega, Caruru, Coração de bananeira, Dente de leão, Ora-pro-nobis, Serralha e Taioba) e com essa pesquisa criou um catálogo demonstrando o valor nutricional, os benefícios e as restrições delas. Como base usou o processo de regionalização do espaço e pesquisou as plantas comumente encontrada no entorno da Escola Municipal Olga Benário Prestes – Município de Macaé/RJ, bem como nos bairros circunvizinhos, que nascem espontaneamente e se desenvolvem com facilidade no clima da região. Estas espécies foram pesquisadas em detalhes, sendo usadas para elaborar receitas caseiras tendo as mesmas como ingrediente. Além de ter criado uma cartilha de diferenciação entre algumas Plantas.

Conseguiram também traçar o perfil de alunos (323) e professores (28) através de questionários investigativos que buscavam verificar o conhecimento deles sobre PANC. O resultado demonstrou que 92 alunos já tinham ouvido falar de PANC, enquanto 231 nunca tinham ouvido falar. Já o resultado dos professores foi distinto, 15 professores já tinham

DOI: 10.51189/coneamb2023/20502

ouvido o termo PANC, enquanto 8 nunca ouviram falar. Outra informação importante adquirida através dos questionários é referente as espécies de PANC. Muitos alunos conheciam plantas como inhame, bertalha, cúrcuma, e outras, mas não sabiam que na identificação são Plantas alimentícias não convencionais. Essa informação também foi importante para sabermos como definir essas plantas e explicar que algumas já conhecidas por eles são não convencionais. Esses dados foram importantes para traçar um perfil, mas vale ressaltar, que esse ele foi feito no período da Pandemia, então o quantitativo real é diferente, mesmo assim foi importante para sabermos quais seriam as nossas próximas abordagens nos anos seguintes. Após o questionário foram criados tabelas e gráficos para fazer a análise do verificado nos questionários.

A divulgação do projeto também foi muito importante para poder levar o às demais pessoas o conhecimento das Plantas Alimentícias Não Convencionais e entenderem como elas são saudáveis e podem ser incorporadas na dieta alimentar.

Outro resultado importante é a boa aceitação das pessoas ao tema e aos alimentos.

Muitos têm curiosidade e experimentam as receitas que levamos aos eventos.

O principal é poder esclarecer que, no futuro o solo não será mais o mesmo, e quem irá alimentar a população em 2050, provavelmente, serão as plantas. Conseguimos também, informar às pessoas que PANC tem muitos benefícios, de fácil acesso para o plantio, cultivo e preparo. Uma estratégia social e criativa para combater a fome, garantir a segurança alimentar, proporcionar nutrição e diversificar a alimentação disponível para a população.

As atividades propostas foram gradualmente nos estimulando, pois à medida que formulávamos as hipóteses e montávamos as receitas bem como os materiais, fomos percebendo a relação direta entre a alimentação adotada pela maioria da população brasileira com as práticas de desigualdades tão acentuadas em nossa sociedade, principalmente no que se refere ao direito que todo o cidadão tem de ter acesso a uma alimentação saudável e variada, que lhe proporcione um corpo equilibrado e cheio de saúde.

Assim sendo, obtivemos resultados que possam ser apresentados à comunidade escolar, de uma maneira simples, com uma linguagem acessível, viáveis de serem aplicadas no dia a dia, principalmente, das pessoas mais carentes no aspecto social, financeiro e cultural.

4 CONCLUSÃO

As PANC podem ser uma saída para quem busca uma alimentação mais saudável e variada, sem ficar presa ao lugar comum dos alimentos tradicionais. Nossa participação na elaboração desse trabalho nos permitiu conhecer de uma maneira mais ampla as oito espécies de PANC que podem ser usadas na produção de receitas e alimentos, com um alto valor nutricional e baixo valor financeiro, que facilita o acesso de toda a população brasileira e que traz além disso, muitos benefícios para a saúde.

Com certeza as atividades nos prestaram um grande favor, uma vez que vêm sendo possível protagonizar todo um projeto, idealizar, desenvolver todas as etapas. Devemos ressaltar o fato de que as pesquisas somaram um conhecimento em nossas vidas de grande valia para uma mudança no comportamento de todos do grupo bem como de todos a nossa volta. A grande conclusão que chegamos é que há uma enorme possibilidade de redução da fome com mudanças de hábitos simples e práticas de alimentação mais saudável e diversificada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thiago O; GANIMI, Rosângela. **Revolução Verde E A Apropriação Capitalista.** Disponível em: <

DOI: 10.51189/coneamb2023/20502

https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf > Acesso: 25/06/2021

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Editora Expressão Popular. 2012.

BRASIL, Presidência da República**. Lei nº 11.346, 15/09/2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan – com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2006. Disponível em: < www.planalto.gov.be/cccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346htm >. Acesso em: 15/12/2022

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**. Declaração de Roma SobreSegurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação**. Disponível em: < https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm > Acesso em: 10/10/2022

GUIMARÃES, José. **Carta Capital. Com Bolsonaro o país voltou ao mapa da fome.** 15/07/2021. Acesso: < https://www.cartacapital.com.br/opiniao/frente-ampla/com-bolsonaro-o-brasil-voltou-ao- mapa-da-fome/ > Visto em: 10/12/2022.

KINUPP, Valdely F.; Lorenzi, Harri. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil.** Editora Plantarum. 01/01/2014.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Crescimento da renda de 20% mais pobres ajudou Brasil a sair do mapa da fome.** 27/05/2015. Disponível em: < https://brasil.un.org/pt-br/69656-crescimento-da- renda-dos-20-mais-pobres-ajudou-brasil-sair-do-mapa-da-fome-diz-onu > Visto em: 15/12/2022.

PETROPOULAS, Suzana. **Volta do Brasil ao Mapa da Fome é retrocesso inédito no mundo.** Jornal Folha de São Paulo. 23/01/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso- inedito-no-mundo-diz-economista.shtml> Acesso em: 20/02/2023

ROCHA, Cecília (Org.). **Segurança Alimentar e Nutricional:** perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas.